

---

**(Des)Caminhos de uma Formação Educacional com Foco no Treinamento  
para a Produção de Texto: análise de práticas excludentes e padronização  
do gênero redação do ENEM**

---

**Ada Magaly Matias Brasileiro<sup>1</sup>  
Gabriele Lage Barbosa<sup>2</sup>**

### **Cenas reais de salas de aula**

**Cena 1** – Escola da rede estadual de educação de Minas Gerais

Data: 01/10/2022

Turma: 301

Segmento escolar: 3º ano do Ensino Médio

Aula de Português: discussão acerca das competências avaliativas do ENEM.

Nesta aula, será apresentada aos alunos a Competência IV exigida na Redação do ENEM, assim como dicas para um bom desempenho nesse componente avaliativo. Como forma de *treinamento* para realização da prova em novembro, serão explanados os níveis de avaliação da competência e uma tabela de conectivos que podem ser utilizados pelos alunos para construção da coesão do texto.

**Cena 2** – Escola privada de elite de Minas Gerais

Data: 01/10/2022

Turma: D

Segmento escolar: 3º ano do Ensino Médio

Aula de Produção de Texto: discussão do eixo temático segurança pública para posterior escrita.

Nesta aula, será apresentada uma coletânea de textos multimodais do eixo temático segurança pública, a fim de ampliar o capital cultural dos alunos, para que dissertem sobre um possível tema do eixo na prova de redação do ENEM. Aliado aos conhecimentos teóricos acerca do gênero textual que os alunos estudaram previamente, será proposta a escrita de uma Redação do ENEM como *treinamento* para o exame.

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Ouro Preto.

## **Explorando os dois cenários**

As duas cenas acima foram adaptadas de relatórios de Estágio Supervisionado e fazem parte das observações de dois licenciandos em Letras em diferentes campos de atuação. Em ambos os cenários, é possível notar que o Ensino Médio (EM), ao menos no final do segmento, dedica-se à ação pedagógica de treinar os educandos para resolver a prova do ENEM e, no que diz respeito à produção textual, tal treinamento é viabilizado a partir da automação da escrita de redações. Todavia, é perceptível que os dois grupos estão, no mesmo momento, final do ano letivo, estudando componentes discursivo/textuais de diferentes níveis, sendo que o grupo da Cena 01 está em um estágio inicial de reconhecimento do que será cobrado no exame, enquanto o da Cena 02, que obteve um treinamento sistemático em todo o Ensino Médio, coloca em prática os conteúdos já aprendidos, automatiza a produção do texto e aumenta o arcabouço de repertórios socioculturais.

Esses exemplos de aula de produção de texto demonstram como a estrutura educacional tende a ser voltada para o treinamento da escrita, segundo um padrão que predominantemente alcança êxito no que se refere a altas pontuações. O peso da redação na nota final do candidato, o qual pode alcançar até 1000 pontos na produção, explica o protagonismo que é dado pelas escolas, principalmente, aquelas destinadas à formação das elites, a essa etapa da prova.

A dedicação dos sujeitos e da infraestrutura escolar se articula em torno das competências cobradas na prova, embora sejam estruturas diferentes em se tratando de condições de dispender de recursos humanos e digitais. O Grupo 02, mais abastado, tem acesso a professores especialistas em ensino de produção de texto, corretores preparados para fornecer apontamentos individuais em relação à redação do ENEM, plantões, aulas temáticas entre outros. Já o Grupo 01, desprivilegiado socioeconomicamente, não tem acesso a um treinamento a longo prazo ou completo no que diz respeito à apreensão do padrão esperado no texto a ser produzido na prova, coadunando com o que Arroyo (2019) denuncia em seu livro *Vidas ameaçadas*.

A despeito da evidente desigualdade registrada entre as duas realidades, neste ensaio empírico, cumprimos o objetivo de denunciar o fato de que as práticas de ensino da Redação do Enem, especialmente nas escolas que privilegiam o

treinamento para o exame, vão de encontro às orientações de trabalho com a língua como prática socioculturalmente situada (ANTUNES, 2003; FREIRE, 2006) e aos preceitos do letramento crítico (KLEIMAN, 1995; ROJO, 2009), configurando-se em um desperdício de tempo e energia dos alunos, com o fim exclusivo de atender à pedagogia do exame (LUCKESI, 2011). Para comprovação desse posicionamento, analisaremos as realidades descritas, com base em argumentos teóricos que tomam a língua como uma prática sociocultural (BAKHTIN, 1997), cujos processos de ensino e aprendizagem deveriam ter coerência com essa perspectiva (ANTUNES, 2003; FREIRE, 2006). Paralelamente, exploraremos documentos oficiais, a saber o Manual do corretor e a Cartilha do participante ENEM 2022, os quais reforçam a prática do treinamento adotada nos dois ambientes escolares.

Dentre os objetivos de um ensino de produção textual, ambos os grupos não vão além do propósito avaliativo: busca-se um bom desempenho no exame e possível aprovação em uma instituição de Ensino Superior e, para que isso seja alcançado, há o favorecimento da apreensão, por parte dos discentes, do modelo padronizado da Redação do ENEM. Um fator preponderante que contribui para que o ensino da produção textual ocorra com vistas à padronização do gênero é a pedagogia do exame, segundo a qual, estuda-se para fazer prova e não para aprender. O treinamento para as provas de vestibulares molda o ensino, uma vez que, no final do Ensino Médio, a atenção é “voltada para um treinamento de ‘resolver provas’, tendo em vista a preparação para o vestibular, como porta (socialmente apertada) de entrada para a universidade” (LUCKESI, 2011, p. 35).

Antunes (2003, p. 48) aponta que “toda escrita responde a um propósito funcional qualquer; isto é, possibilita a realização de alguma atividade sociocomunicativa entre as pessoas e está inevitavelmente em relação com os diversos contextos sociais em que essas pessoas atuam”. Desse modo, o ensino da escrita deve ser um dos pilares da formação educacional dos discentes, mas sem perder o propósito desse processo, o qual busca a formação de sujeitos críticos que saibam se posicionar e comunicar no mundo.

Embora as avaliações de aprendizagem tenham surgido com o intuito de propiciar uma aprendizagem satisfatória para os estudantes, assim como coletar dados, fornecer ferramentas de ensino para os docentes e fomentar políticas públicas, tal pedagogia gera consequências negativas para a educação do país. Em se tratando dos entraves pedagógicos, a pedagogia do exame não contribui para o

aprendizado discente. Ao contrário, tal método de ensino, quando centralizado nos exames, como é o caso do ENEM, para o Ensino Médio, relega o significado do ensino como prática social em detrimento dos exames e do desempenho dos educandos neles. Logo, “a avaliação da aprendizagem, na medida em que estiver polarizada pelos exames, não cumprirá a sua função de subsidiar a decisão da melhoria da aprendizagem” (*ibid.*, p. 43).

Desse modo, não fica difícil antever os resultados de tal modelo educacional: o Grupo 02 possui maiores chances de apresentar bons desempenhos e conquistar as melhores vagas em instituições de Ensino Superior, enquanto ao Grupo 01 restam vagas de cursos menos concorridos e bem cotados socioeconomicamente. Ou seja, o ensino da produção de texto, como tem ocorrido nos diversos contextos brasileiros, auxilia na manutenção do *status quo* e se configura em entrave para o desenvolvimento da habilidade de escrita dos educandos de modo geral, uma vez que o tempo destinado ao desenvolvimento da apropriação de várias dinâmicas de interação e gêneros do discurso orais, escritos e multimodais é gasto com o treinamento da Redação do ENEM.

Entretanto, embora haja o fenômeno da padronização do ensino da escrita, principalmente engessando gêneros da esfera escolar, como a Redação do ENEM, existem estudos e discussões que condenam tais práticas de ensino e vislumbram caminhos pedagógicos os quais trabalham com a língua como prática social e buscam formar os educandos para que consigam se comunicar nas diversas esferas sociais nas quais forem inseridos, como é o caso de esferas familiares, trabalhistas, jornalísticas, documentais, educacionais e outras.

É urgente, portanto, situarmos e assumirmos o papel da escrita no processo educacional. Tal manifestação discursiva, conforme aponta Bakhtin, parte da necessidade dos sujeitos, ao se depararem com situações no mundo, produzirem “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (1997, p. 279. Grifo do autor). Estar/ser um sujeito no mundo implica a necessidade de se posicionar e se manifestar criticamente em diversos contextos e é papel da escola, enquanto instituição de formação social e educacional, fornecer as ferramentas para que os sujeitos-educandos possam se posicionar e atuar no corpo social.

Paulo Freire já dizia que:

é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugué (2006, p. 45).

Nesse sentido, uma educação que se propõe a ser emancipadora deve ultrapassar os objetivos apenas avaliativos, concretos e imediatos, a fim de se constituir como uma ferramenta propositiva de mudanças e operações sociais no mundo. Antunes (2003), em consonância com os objetivos apontados por Freire para a construção de uma educação crítica, nos revela que, a despeito de as discussões acerca do papel social da escrita serem recorrentes entre os sujeitos-educadores e outras instâncias educacionais, o que se apresenta nas salas de aula é a:

persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas. Nesses limites, ficam reduzidos, naturalmente, os objetivos que uma compreensão mais relevante da língua poderia suscitar – linguagem que só funciona para que as pessoas possam interagir socialmente (2003, p. 19).

O fenômeno apontado por Antunes pode ser percebido na pedagogia de treinamento que é utilizada, como ilustram os exemplos iniciais, na formação para realizar o ENEM. Os estudantes, carregados com suas crenças, individualidades, mazelas, privilégios e questionamentos não encontram na escola ferramentas para se organizarem, darem vazão a tais inquietudes e construírem discursos e saberes acerca de tais questões socioeconômicas que os atravessam, pois:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (FREIRE, 2009, p.41).

Ao contrário disso, o que os jovens e adultos têm encontrado nas escolas é um ambiente que os treina para um único evento isolado da esfera avaliativa, de forma mecanizada e pouco crítica, com vistas para um objetivo: ingressar no Ensino Superior. Essa trajetória, dependendo do contexto em que estiver inserido, durará

três anos de sua vida. Não obstante, o educando, se alcançar tal objetivo, apresentará dificuldades de produzir seus discursos e textos tanto na esfera educacional do segmento vindouro, assim como de outras esferas, uma vez que o seu arcabouço discursivo/textual se restringe a um gênero, padronizado e datado em sua trajetória social apenas àquela experiência do exame.

Dentre os contribuintes para o caminho que se segue no ensino da produção de textos padronizados, é importante salientar também os documentos oficiais divulgados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – norteadores tanto para os candidatos do ENEM quanto para os avaliadores oficiais e professores, documentos os quais são disponibilizados para a população em geral.

Para os discentes, a cartilha traz noções elementares do que se espera que eles apresentem em um texto, enquanto, aos docentes, tais aportes subsidiam os planejamentos de aulas e atividades. Ou seja, o próprio órgão responsável pelo diagnóstico da proficiência dos discentes concluintes do Ensino Médio, pela seleção para o Ensino Superior e pela proposição de políticas educacionais, tem contribuído para a instauração do cenário que se observa hoje nas escolas e para a sua continuidade.

A cartilha do participante surgiu como um material de apoio para o estudo dos candidatos que realizarão a prova do ENEM, na qual são explanadas as cinco competências avaliativas, as quais são, respectivamente,

- 1) demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua; 2) compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa; 3) selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; 4) demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; 5) elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (INEP, 2022, p.6).

Esses cinco pontos nos quais se divide a nota da prova correspondem a constituintes discursivos/textuais avaliados nos textos dos candidatos e são destrinchados na cartilha para que eles compreendam e consigam, na prática do treinamento para o exame, aperfeiçoar as habilidades necessárias para se obter um resultado satisfatório – quiçá a nota 1000 – processo esse que ocorre tendo como grande aliada uma coletânea de textos que obtiveram a nota máxima da prova de redação no ano anterior. Sendo assim, os alunos que têm acesso a esse material

possuem um recurso didático e detalhado da criação textual para a prova, com aval do próprio INEP, ou seja, é um material que reflete o processo de correção e, portanto, é seguido à risca pelos que o têm para que a garantia do resultado positivo seja mais concreta.

A título de exemplo tem-se a cartilha do participante do ENEM 2022, a qual apresenta uma coletânea comentada de textos que alcançaram a nota 1000, comentários estes que versam sobre as competências e como os textos apresentam níveis de excelência, os quais, podemos perceber com base em análise comparativa, apresentam um modelo semelhante de estruturação das frases e períodos, dos elementos coesivos, da construção de argumentos e de campo sociocultural dos conhecimentos inseridos para construção destes. Ou seja, a coletânea apresentada é uma amostra do processo de padronização do gênero, já bem discutido, e contribui para que tal fenômeno se mantenha.

Já o manual do corretor apresenta contribuições teóricas e práticas para os avaliadores da prova, os quais precisam, obrigatoriamente, ser graduados em Letras. Nesse material, as cinco competências são minuciosamente descritas, assim como os níveis de avaliação de cada uma delas. Um dos grandes desafios de se avaliar uma prova de larga escala, como o ENEM, é a probabilidade de haver subjetividade por parte dos avaliadores e discrepâncias de notas devido a ela. Nesse sentido, o material de formação e apoio aos avaliadores é a ferramenta utilizada pelo INEP para padronizar a correção das redações e, para isso, exhibe análises de textos e quadros orientadores de análise, como é o caso de uma imagem que exemplifica a estrutura de um texto considerado modelo no que se refere à coesão textual – com exemplo de elementos coesivos a serem marcadamente utilizados em diferentes espaços do texto.

Em contrapartida com o objetivo de surgimento e detalhamento do material, o manual de corretor opera como mais uma ferramenta que contribui para a padronização do gênero Redação do ENEM e do processo de ensino-aprendizagem voltados para tal prova, uma vez que os corretores – a maioria sendo professores de instituições de ensino básico – transpõem para as aulas e atividades os preceitos do manual do corretor.

## Construindo algumas reflexões

Diante de todo aparato e pressões a que os docentes são submetidos para promoverem o melhor aproveitamento dos alunos na Redação do ENEM, tendo em vista o peso dessa prova no resultado final dos alunos, os processos de ensino e aprendizagem têm se constituído em práticas excludentes que relegam o objetivo primário das aulas de produção textual e privilegiam textos modelizados e receitas para o sucesso na prova. Diante desses cenários, questionamos: *quem e a que tem servido a aula de Português? Quais sujeitos têm sido formados nas instituições de ensino básico?*

Ao nos questionarmos sobre esses tópicos, tornamos a notar um ciclo que se retroalimenta e fortalece com base nas práticas docentes/discentes: as práticas educacionais têm sido excludentes e mantenedoras do *status quo* à medida que se resignam a majoritária ou exclusivamente treinarem – quase à exaustão – os estudantes para realizarem a prova do ENEM e adentrarem em um curso do Ensino Superior. O processo de retroalimentação desse sistema é perceptível principalmente ao se perceberem os frutos de tais práticas, conforme apontado acima: estudantes de classes sociais mais abastadas, os quais já iniciam a formação com maior antecedência e mais estrutura a seu favor, são os grandes beneficiados da padronização e elitização. Concomitantemente, as escolas se beneficiam financeiramente, uma vez que se destacam no ranqueamento dos resultados da prova. Por outro lado, os discentes de classes socioeconomicamente inferiores enfrentam maiores dificuldades e menos aparatos para se apropriarem do texto padronizado e seguirem suas jornadas educacionais na formação almejada para o segmento do Ensino Superior.

Um processo educacional que não busca formar sujeitos críticos e atuantes no mundo de forma a buscar atenuação das mazelas sociais que incidem sobre grande parte da população, que não busca formar sujeitos proficientes em criação verbal em diversos contextos e esferas de comunicação para se situarem e agirem no mundo, que não busca formar cidadãos, não supera as realidades que vilipendiam e ameaçam vidas continuamente na sociedade, configurando-se em descaminhos de formação que são objeto de denúncia social!



## REFERÊNCIAS

- ANTUNES. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ARROYO, Miguel G. *Vidas ameaçadas: exigências-respostas éticas da educação e da docência*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277–326.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra, 2009.
- INEP. *A redação no Enem 2022: cartilha do participante*. Brasília, 2022. Disponível em:  
<[https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha\\_do\\_participante\\_enem\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2022.
- KLEIMAN, A. B. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROJO, R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.